

CORPO DELIBERATIVO

Presidente	Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Vice-Presidente	Conselheiro Jerson Domingos
Corregedor-Geral	Conselheiro Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Iran Coelho das Neves
Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Ronaldo Chadid <i>Cons. Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel - Ato Convocatório n. 002, de 05/01/2023</i>
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo

1ª CÂMARA

Conselheiro	Jerson Domingos
Conselheiro	Iran Coelho das Neves
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo

2ª CÂMARA

Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Ronaldo Chadid

Cons. Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel - Ato Convocatório n. 002, de 05/01/2023

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Coordenador	Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Subcoordenadora	Conselheira Substituta Patrícia Sarmiento dos Santos
Conselheiro Substituto	Célio Lima de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas	João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Procurador-Geral Adjunto	Matheus Henrique Pleutim de Miranda
Corregedor-Geral	Procurador de Contas Substituto Joder Bessa e Silva
Corregedor-Geral Substituto	Procurador de Contas Substituto Bryan Lucas Reichert Palmeira

SUMÁRIO

ATOS DE CONTROLE EXTERNO	2
--------------------------------	---

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS.....	Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012
Regimento Interno.....	Resolução nº 98/2018



ATOS DE CONTROLE EXTERNO

Juízo Singular

Conselheiro Iran Coelho das Neves

Decisão Singular Interlocutória

DECISÃO SINGULAR INTERLOCUTÓRIA DSI - G.ICN - 152/2025

PROCESSO TC/MS : TC/4745/2025
PROTOCOLO : 2815504
ÓRGÃO : PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO
JURISDICIONADO : NELSON CINTRA RIBEIRO
CARGO DO :
JURISDICIONADO :
TIPO DE PROCESSO : CONTROLE PRÉVIO
RELATOR : Cons. IRAN COELHO DAS NEVES

Vistos, etc.

Trata-se de processo de Controle Prévio para análise da legalidade e legitimidade dos atos preparatórios do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 048/2025, para Registro de Preços, a ser realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, com valor estimado de **R\$ 963.421,42 (novecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos)**, que oco.

De acordo com o item 1.1 do edital

1.1 O objeto da presente licitação é a Formação de Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais de expediente, materiais pedagógicos e materiais/itens de informática, visando atender, conforme demanda, as Secretarias Municipais da Prefeitura de Porto Murtinho/MS, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações mínimas constantes no Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”

De acordo com o Corpo Técnico, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) juntado aos autos revela a existência de impropriedades que, se não sanadas, podem comprometer a lisura, a economicidade e o caráter competitivo do certame, cuja realização está prevista para o dia de amanhã, conforme os seguintes achados:

PONTOS DE CONTROLE	CRITÉRIOS
4.1 PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL	
4.1.1 Ausência da elaboração do Plano de Contratações Anual	Art. 12, inc. VII, 169 e art. 174, § 2º, I da Lei n. 14.133/2021;
4.2 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)	
4.2.1 Ausência de justificativa técnica e econômica para a solução adotada	Art. 18, §1º, V, da Lei n. 14.133/2021
4.3 EDITAL	
4.3.1 Ausência de definição de critérios objetivos para exigência de atestados técnicos	Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, art. 5º e art. 67, §2º da Lei n. 14133/2021
4.3.2 Exigência de comprovação de regularidade fiscal incompatível com o objeto licitado	Art. 37, inciso XXI da CF, art. 68, inc. III da Lei n. 14133/2021 c/c art. 193 do CTN

Logo, a concessão de medida cautelar, sem a prévia oitiva da parte contrária, é medida excepcional, porém justificada no presente caso pela presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

O primeiro reside na plausibilidade das irregularidades apontadas, e o segundo, no risco de dano irreparável ao erário caso a licitação prossiga com vícios que podem levar a uma contratação antieconômica ou irregular.

As impropriedades observadas nesta análise perfunctória são as seguintes:

1. **Justificativa Insuficiente para o Aumento de Quantitativos:** O ETP justifica o aumento na demanda de materiais com base na "inclusão de novas secretarias na demanda e o ingresso de novos servidores públicos". Contudo, a justificativa se apresenta de



forma genérica, sem o detalhamento indispensável que demonstre, de forma individualizada e com base em estudos de consumo, a real necessidade de cada secretaria. Tal fato pode indicar um superdimensionamento do objeto, violando o princípio do planejamento e da economicidade.

2. Risco de Pesquisa de Preços Deficiente: O valor estimado da contratação deve ser lastreado em uma ampla e criteriosa pesquisa de mercado, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021. O Estudo Técnico Preliminar, por si só, não comprova que a pesquisa foi realizada com a robustez necessária, sendo imperativo que o gestor demonstre a metodologia utilizada e a variedade de fontes consultadas para garantir que os preços de referência sejam condizentes com a realidade do mercado.

3. Ausência de Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP): Conforme apêndice do próprio estudo técnico, houve uma justificativa para a não divulgação da IRP. A publicidade da IRP é um mecanismo que visa ampliar a competitividade e permitir que outros órgãos possam aderir ao registro de preços. A sua dispensa é medida excepcionalíssima e deve ser fundamentada em razões de fato e de direito muito consistentes, o que, à primeira vista, não parece ser o caso, configurando potencial restrição indevida à competitividade do certame.

Diante do exposto, com fundamento no art. 56 da Lei Complementar nº. 160/2012, **DECIDO:**

I - CONCEDER MEDIDA CAUTELAR, *inaudita altera pars*, para determinar a **SUSPENSÃO IMEDIATA** do Pregão Eletrônico nº. 048/2025 para Registro de Preços objeto deste processo, até ulterior deliberação deste Tribunal, com fulcro nos artigos 56 e 57, I da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o art. 152, I, do RITCE/MS, observando-se as seguintes condições:

- a) determinar que a administração pública municipal adote providências **imediatas**, a partir do recebimento da intimação, para regularizar o planejamento licitatório, fixando **multa** de **300** (trezentas) UFERMS, em caso de descumprimento da decisão (art. 44, I e art. 45, I, da LC nº 160/12);
- b) **FACULTA-SE** ao responsável a tomada das correções necessárias com vista a sanar as irregularidades apontadas, com fulcro na Súmula 473 do STF, em sede de autotutela;
- c) Determinar que no prazo de **05** (cinco) dias úteis o responsável **encaminhe a documentação referente às providências para a correção das irregularidades**;
- d) No mesmo prazo, manifeste-se a Autoridade, gestor Sr. **Nelson Cintra Ribeiro**, Prefeito Municipal de Porto Murtinho, sobre o conteúdo da matéria ventilada no *decisum* bem como na análise de peça nº.12 e tudo o mais que entender pertinente para uma ampla averiguação do feito;
- e) Dada a urgência da medida cautelar, com fulcro no art. 2º, §7º da Resolução TCE/MS nº 85/2018, que regula a intimação por via eletrônica, determino a Unidade de Serviço Cartorial que proceda à **comunicação do decisum via contato telefônico e e-mail, com certificação nos autos**, para que a autoridade responsável tome conhecimento imediato das determinações e comprove o seu cumprimento;
- f) **INTIME-SE**, via cartório que certificará o prazo e o cumprimento da intimação, sobre o teor desta decisão liminar;
- g) **PUBLIQUE-SE** esta decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS;
- h) Cumprida as providências acima e após o retorno do processo em tela, voltem-me para ulteriores deliberações, em caráter prioritário (art. 149, § 3º, II, do RITC/MS).

Campo Grande/MS, 29 de setembro de 2025.

CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
RELATOR

